RELAÇÕES DE PODER NA HISTÓRIA LOCAL: UM OLHAR TEÓRICO SOBRE A DINÂMICA POLÍTICA MAMANGUAPENSE/PB (1947-1964)

Aline Marques da Silva¹

As dinâmicas que se configuram nos meandros da política, estão sempre imbricadas por relações de poder, este ora com mais ou menos ênfase, se destaca à medida que estas relações vão se aprofundando ou se esmaecendo, criando um travestimento dos interesses. Pensando nesta problemática do/sobre o poder, analisaremos como se deu a dinâmica política na cidade de Mamanguape/PB no período democrático pré-ditadura militar, entre o executivo e o legislativo do município, visto que um dos primeiros momentos, onde muito mais que na República Velha, o voto popular deu início a um processo de democratização com relativo impacto, sabendo que gradativa e significativamente alçou caráter decisório na (re)organização da política nacional, e conseqüentemente nos estados e municípios. Assim, entre o período de 1947 a 1964, configuraram-se alterações na formação político/partidária e político/econômica, caracterizando-se como um novo “jeito” de fazer política. E dentre as diversas forças que regem os acordos e as discussões políticas, as *relações de poder* são uma das principais dinâmicas que historicamente constituem a política brasileira, mas não apenas a política, como também regem todas as manifestações sociais e culturais de nosso cotidiano. Nessa perspectiva, este trabalho propõe uma discussão acerca de como surgem e se perpetuam (se dissolvem, se refazem e/ou se rearranjam) tais relações, como o poder se espraia diante das ações políticas, e como se repetem práticas, algumas vezes dissonantes no discurso historiográfico.

Palavras-chave: Política. Relações de poder. Historiografia.

INTRODUÇÃO

O surgimento de um período Democrático na Paraíba da primeira metade do século XX foi o resultado da quebra gradativa, mas não total, de um sistema oligárquico que manteve constantes ciclos de controle estatal e local baseado nas relações familiares e de imposição da vontade a partir das relações de poder. Esta quebra do domínio particular sobre os bens e direitos públicos aconteceu devido ao que Monique Cittadino chama de privatização das funções públicas (2006, p. 59). Para a autora o próprio estado é o responsável pela concepção de privatização porque “(...) é o Estado a origem de todo poder político e de todos os ‘negócios’, sendo o fundamento do poder privado, que dele nasce e dele se alimenta” (CITTADINO, 2006, p. 59).

A partir dos anos 40 do século passado iniciou-se um processo de reconstrução da democracia. A saturação social promovida pelos coronéis principiou a necessidade de separar os domínios públicos do poder privado no intuito de criar um novo modelo administrativo mais “limpo” e com mais ênfase no bem estar da sociedade como um todo.

Essa separação notoriamente se dava apenas no âmbito dos discursos, pois era (como ainda é) impossível se separar criatura e criador. O Estado precisava dos coronéis para manter a ordem e a organização das localidades e de seus “currais eleitorais” respectivamente e mesmo os coronéis por vezes necessitavam da permissão do Estado para manter seu *status quo*. Criando uma coexistência intimamente conectada como claramente aponta a autora supracitada.

¹ Graduada em História pela UEPB. Mestranda vinculada ao PPGH/UEPB, desenvolvendo trabalho na linha de pesquisa História e Regionalidades. Pesquisa orientada pelo Professor Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes. E-mail: alinemarqueshistoria@gmail.com

A partir de 1945, com o processo de “redemocratização”, criação de novos partidos e estabelecimento de eleições menos manipuláveis, o que se observa na Paraíba é um processo progressivo de readaptação da política coronelística à nova realidade social. (...) Com isso, os métodos tradicionais de controle do eleitorado baseados na violência e opressão passam a ser substituídos pela cooptação do eleitor e conquista dos votos. (CITTADINO, 1998, p. 17)

Para além da dicotomia que tende a opor os espaços público e privado, percebe-se a existência de uma articulação dialética entre ambos, na medida em que o poder privado não pode prescindir das concessões que o poder público lhe faz, assim como o poder público não pode abrir mão da coparticipação do poder privado na administração pública. Isto pode ser percebido, empiricamente, por exemplo, na permissão que o coronel recebe do governo do estado para nomear o juiz, a professora, o delegado, etc., obrigando-o a estar sempre do lado da situação e esvaziando-o do seu poder quando passa para oposição, o que demonstra que, para além do coronel, se impõe o poder do Estado assim como pela observação de que o Estado necessita da colaboração do coronel para o exercício das funções públicas, para o preenchimento dos cargos, para a arregimentação e controle do eleitorado, para a manutenção da ordem (CITTADINO, 2006, p. 59).

Enfim, é essa relação embrionária que se propõe a reestruturação da democracia em combater os vícios oligárquicos na esfera pública, surgem assim, como mecanismos para mudança de cenário, os diversos partidos políticos. O interesse maior desses novos grupos insurgentes é de certa forma estabelecer pleitos menos controlados pelas relações de poder do coronel que tem como base a imposição da vontade pela força, mesmo que as diversas permanências preestabeleçam muitos dos resultados, não podemos fechar os olhos para os ganhos obtidos.

A conjuntura de transição para um regime democrático incluiu o processo de criação dos partidos políticos. Desmantelado o antigo sistema partidário com o golpe de 37, fazia-se necessário o encaminhamento no sentido da criação de novas agremiações que dessem conta do espectro de interesses em jogo na sociedade. (CITTADINO, 1998, p. 27)

Na realidade, a política, desde o seu início, sempre foi algo mais do que uma mera tentativa de organização da sociedade. Suas explicações sempre contiveram intenções práticas, e um forte desejo de interferir e orientar o rumo das civilizações. Se o pensamento científico sempre guarda uma correspondência com a vida social, na política esta influência é particularmente marcante. Os interesses econômicos dos grupos e das hierarquias sociais, que na sociedade Mamanguapense (que este trabalho se propõe analisar) apresentavam-se de forma divergente, influenciou profundamente a elaboração do pensamento político da mesma.

Este trabalho se propõe a uma discussão teórica. Metodologicamente, buscou-se com base na pesquisa em alguns textos, construir o arcabouço que fundamentasse as ideias aqui apresentadas. Entretanto, mais intimamente com base na bibliografia e nas concepções da professora Monique Citadino sobre política e relações de poder. Buscaremos por meio de conceitualizações e análise de resultados concretos do período estudado perceber se essas novas variáveis que se propunham redemocratizarem a política através do surgimento de novos atores políticos, realmente o fizeram, ou simplesmente houve uma troca de roupagem.

POR UMA DISPUTA “PARTIDÁRIA”: O PODER DA CLIENTELA NAS DISPUTAS PELO PODER LOCAL

Sabemos que o poder tem várias, inúmeras faces, e que ele exerce fascínio e/ou temor sobre qualquer indivíduo. Numa comunidade, numa cidade, num estado, esse poder pode se espriar visível ou invisivelmente, e para o controle da sociedade, para o direcionamento de

votos, para a obediência no setor trabalhista, ele pode ser exercido em várias de suas facetas. Marco Aurélio Nogueira (2008) sintetiza algumas de suas faces, e dentre elas verificamos as que se exercem com mais clareza na disputa pelo poder local.

(...) O *poder ideológico* organiza-se e é exercido mediante a posse de conhecimentos e de instrumentos ideológicos com os quais se consegue influenciar a conduta ou o modo de pensar dos que integram uma comunidade. É o poder das ideias sobre as ideias alheias, sobre o coração e a mente das pessoas. O *poder econômico* controla os bens e os meios de produção – a propriedade deles e o acesso a eles –, com o que obtém força de trabalho e direciona a produção. O *poder político*, por sua vez, como poder supremo, distingue-se por reivindicar com êxito a exclusividade do uso da força, com a qual garante que decisões obrigatórias sejam acatadas e cumpridas pelos diversos membros de uma comunidade. (NOGUEIRA, 2008, p. 19, grifo nosso)

Esse poder ideológico, na maioria das vezes quando exercido por pessoas conscientemente intencionadas em suas práticas públicas e/ou privadas, é disfarçado por meio de legendas partidárias que utilizam o poder econômico que possuem para alcançarem e/ou permanecerem no poder político. Tal artimanha faz e sempre fez parte da política, que nem sempre é ética para conseguir o que deseja, mas é sempre lógica, convincente e ideológica, e todo esse jogo de interesses também faz parte da democracia ou da prática democrática.

É complexo denominar, por exemplo, até que ponto teve-se de fato um período devidamente democrático entre 1945 a 1964, vendo que candidatar-se, votar, eleger-se e governar são apenas alguns aspectos de uma democracia, e sozinhos não a definem. Principalmente se compreendermos a democracia como algo complexo² e de difícil efetivação numa sociedade de proporcionalidades e pluralidades inumeráveis (BOBBIO, 1986, 41-64)³.

Mas concordamos que tivemos minimamente o exercício necessário que se esperava em uma democracia, mesmo sabendo que a linha que separa uma sociedade democrática de uma sociedade oligarquicamente organizada é muito tênue e conflitante, entretanto com todas as observações e exigências para se ter como regime de governo a democracia, sabemos que houve sim, pois em graus variados se discutiu, se debateu e foi tomada decisões em conjunto, em assembleias (CARVALHO, 2013, p. 87), mesmo que tais decisões não favorecesse, como ainda não favorece, na maior parte das vezes, a grande massa populacional que não faz parte da elite política, econômica e intelectual. No entanto, podemos perceber que a “(...) democracia avança como cultura, ainda que aos trancos, de modo imperfeito, dando margem a que muita gente se valha dela para praticar atos antidemocráticos ou criar situações de “bagunça” e ausência de decisões” (NOGUEIRA, 2008, p. 43), mas até isso faz parte do jogo democrático, pois a democracia em si, permite que tais práticas aconteçam.

Percebendo as relações de poder como Monique Cittadino interpreta, encontramos um exemplo claro quando Jivago Correia Barbosa descreve que João Fernandes de Lima quando na campanha para vice-governador de José Américo em 1950, foi o maior financiador da

² Podemos perceber relativamente bem a complexidade democrática a partir de Norberto Bobbio: “A *democracia moderna, nascida como democracia representativa em contraposição à democracia dos antigos, deveria ser caracterizada pela representação política, isto é, por uma forma de representação na qual o representante, sendo chamado a perseguir os interesses da nação, não pode estar sujeito a um mandato vinculado. O princípio sobre o qual se funda a representação política é a antítese exata do princípio sobre o qual se funda a representação dos interesses, no qual o representante, devendo perseguir os interesses particulares do representado, está sujeito a um mandato vinculado (típico do contrato de direito privado que prevê a revogação por excesso de mandato)”* (Bobbio, 1997, p. 24). Uma das maiores complexidades numa democracia é a representatividade, pois ela quase nunca é fiel a quem representa.

³ Para entender como pode funcionar a democracia numa sociedade plural e de grandes proporcionalidades ver Norberto Bobbio sobre democracia representativa e democracia direta em “O futuro da democracia”, 1997, p. 41-64.

campanha (2011, p. 138), mas é importante frisar também que essa junção foi fruto do apoio de Rui Carneiro (PSD) a José Américo (PL), partidos que também formavam a Coligação Democrática Paraibana. Como também cabe lembrar que Rui Carneiro mantinha influência política e partidária com os Fernandes de Lima desde 1940, quando nomeou José Fernandes de Lima para prefeito de Mamanguape, assim que ele tinha retornado à cidade por motivos de investimentos econômicos⁴.

Para Monique Cittadino, que corrobora das mesmas interpretações de Victor Nunes Leal, tais relações se dá por influências de amizade e compadrio, mas principalmente econômica.

(...) o fundamento do coronelismo era a estrutura agrária existente e, conseqüentemente, a exclusividade da posse da terra por poucos, o que determinava que a grande maioria da população fosse obrigada a sujeitar-se ao domínio político e econômico exercido pelo proprietário. (CITTADINO, 1998, p. 16)

Esse modelo descrito por Cittadino não é encontrado apenas no sistema político coronelista, ele se faz híbrido, e se adapta a diversas formas de sistemas políticos, retirando deles o que mais lhe interessa. Não temos relatos na historiografia que os Fernandes de Lima lidavam com seus trabalhadores rurais e operários nos moldes do coronelismo, mas o temos dos Lundgren, onde encontramos em várias obras a referência a mesma fala que é atribuído àqueles que trabalhavam para a CTRT: “que só o ar que se respira não pertence a fábrica” (FERNANDES, 1971)⁵, como também quando o próprio Frederico João Lundgren afirmou: “meus operários não precisam de sindicatos, pois eu sei de todas as necessidades deles, pois o sindicato sou eu” (VALE, 2008, p. 63).

Em relação aos irmãos Fernandes de Lima, Manuel Correia de Andrade nos relata que os donos da Usina Monte Alegre mantinham seu gado de leite para que o leite fosse distribuído gratuitamente entre os operários e trabalhadores rurais mais pobres e necessitados, como também mantinha uma cooperativa com os produtos produzidos pelos próprios trabalhadores nas terras dos engenhos que eram propriedades da Usina Monte Alegre, onde eles poderiam comprar os alimentos de primeira necessidade mais baratos que na feira da cidade, ajudando-os a ter melhores condições de compra (1997[1957], p. 38).

Seria a prática do clientelismo? Ou seria generosidade por parte dos Fernandes de Lima? Podemos dizer que as duas coisas. Já que eles poderiam encontrar outros meios para conquistar votos, ou se limitar a fazer estas distribuições nos anos eleitorais ao invés de ser uma prática constante e corriqueira, como nos faz perceber Manuel Correia de Andrade.

Retornando a citação de Monique Cittadino ao referenciar o coronelismo segundo Victor Nunes Leal, percebemos o quanto o poderio territorial se faz relevante a subsistência dos povos locais. Não temos mais o sistema político coronelista e nem os coronéis de outrora nas décadas de 1940 e 1950, mas o senhorio territorial latifundiário ainda é a máquina que move a política local. Ou por cabresto ou por agradecimento ainda se vota naquele que lhe dá a terra para trabalhar, que lhe dá o emprego na fábrica ou na usina como é o caso de Mamanguape.

Mas é importante lembrar que a Usina Monte Alegre em números de empregados era inferior aos da Fábrica de Tecidos Rio Tinto, e mesmo a duras penas, ora com mais ora com menos votos de diferença os Fernandes de Lima nunca perderam para os Lundgren o cargo de deputado estadual, Mamanguape elegia os dois candidatos mesmo que em quantidade de votos os Lundgren vencessem.

Elaboramos três tabelas para percebermos a preferência municipal a cada candidato por três campanhas: 1950 (tabela 1); 1954 (tabela 2) e 1958 (tabela 3). Não colocamos a de 1947 e

⁴ Compra de engenhos na região do vale do Mamanguape e fundação da Usina Monte Alegre.

⁵ Em João Batista Fernandes em O extinto Rio Tinto escrito em 1971, e a partir dele outros vários autores reproduziram essa mesma ideia.

a de 1962, pois os Fernandes de Lima não tiveram oposição regional, por algum motivo os Lundgren não lançaram seus candidatos a nível estadual.

Partidos	PSD	PR	Demais legendas votadas no município.
Candidatos a deputado estadual (1950)	José Fernandes de Lima	Hercilio A. F. Lundgren	Demais candidatos que receberam votos em Mamanguape.
Nº de votos	3.857 (48,08 %)	3.278 (40,86 %)	887 (11,06 %)

Tabela (1) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Já na campanha de 1950 percebemos que o resultado entre os dois candidatos são próximos, o que podemos dizer que a indicação dos dois para representantes na Assembleia Legislativa do Estado era a vontade geral da população, apenas 579 votos de diferença entre os dois principais candidatos.

Na campanha de 1954, encontramos uma diferença significativa. Hercílio A. F. Lundgren não se candidata mais, deixando a vaga para Eduardo de Alencar Ferreira, seu pai e genro de Artur Lundgren (proprietário da fábrica).

Partidos	PSD	PTB	Demais legendas votadas no município.
Candidatos a deputado estadual (1954)	José Fernandes de Lima	Eduardo de Alencar Ferreira	Demais candidatos que receberam votos em Mamanguape.
Nº de votos	2.199 (33,23 %)	3.477 (52,55 %)	941 (14,22 %)

Tabela (2) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Nesse pleito os dois candidatos são eleitos, mas o que era mera a diferença pró José Fernandes de Lima em 1950, em 1954 se tornou uma diferença muito relevante numa quantidade de 1.278 votos pró Eduardo de Alencar Ferreira. E a população destinou um número maior de votos aos demais candidatos, temos um leve aumento de 3,16%.

Na eleição de 1958 a diferença entre os dois candidatos preteridos na região do vale do Mamanguape diminui de forma acentuada. Vejamos na tabela abaixo.

Partidos	PSD	PSP	Demais legendas votadas no município.
Candidatos a deputado estadual (1958)	José Fernandes de Lima	Eduardo de Alencar Ferreira	Demais candidatos que receberam votos em Mamanguape.
Nº de votos	2.305 (35,72 %)	2.650 (41,07 %)	1.498 (23,21 %)

Tabela (3) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Com uma diferença mínima de 345 votos, ou seja, 5,35% dos votos válidos, Eduardo de Alencar Ferreira perdeu a grande maioria em Mamanguape em apenas quatro anos, ou seja, de uma campanha a outra, e os Fernandes de Lima aos poucos retomam a preferência no município. Percebemos também o aumento significativo de 11,06% em 1950 do voto populacional na região de Mamanguape nos demais candidatos para 23,21% em 1958. Podemos entender, observando as tabelas, que o candidato dos Lundgren não perdeu votos apenas para os Fernandes de Lima, mais para os demais candidatos também.

Essa preferência em escolher os candidatos para a Assembleia Legislativa Estadual em Mamanguape se refletia também na escolha do Legislativo e do Executivo municipal. Para analisarmos este caso, elaboramos tabelas com todas as eleições municipais do período

democrático e distribuimos da seguinte forma: 1947 (tabelas 4 e 4a); 1951 (tabelas 5 e 5a); 1955 (tabelas 6 e 6a); 1959 (tabelas 7 e 7a) e 1963 (tabelas 8 e 8a) para prefeito e vereadores respectivamente.

Partidos	PSD	UDN
Candidatos a prefeito (1947)	José Fernandes de Lima	Orestes Toscano Lisboa
Nº de Votos	2.679 (51,75 %)	2.498 (48,25 %)

Tabela (4) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Nas eleições de 1947 para prefeito, o candidato do PSD consegue se eleger, porém com uma margem de diferença muito apertada em termos eleitorais. Com apenas 181 votos a mais, José Fernandes de Lima vence o candidato pleiteado pela CTRT, e para o legislativo municipal também é muito apertado o resultado que divide a câmara em duas bancadas distintas e antagônicas: PSD e UDN. Colocamos além do número de candidatos eleitos, também o número geral das candidaturas, para termos alguma noção de quantos estavam concorrendo as eleições e por quais partidos. Nessa eleição de 1947 temos a inscrição em três partidos, mas apenas dois deles foram escolhidos pela população para representá-los no legislativo municipal, possivelmente influenciada pela escolha do candidato ao executivo.

Temos um total de 27 candidatos a vereador para concorrer as eleições municipais, teve-se como resultado eleitoral a vitória do PSD em número de vereadores eleitos, distribuídos da seguinte forma:

Partidos	PSD	UDN	PSB
Nº de candidatos por partido	09	09	09
Nº de Vereadores eleitos (1947)	05 (55,56 %)	04 (44,44 %)	00

Tabela (4a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

No mesmo pleito para o executivo municipal, em relação aos vereadores eleitos de cada grupo, percebemos equação acirrada de resultados. Pois a divisão quase que igualitária manteve a UDN bem representada no legislativo. Neutralizando até certo ponto, o resultado para o executivo. Tendo em vista que qualquer oscilação na câmara poderia dificultar a administração pessedista.

Nas eleições municipais em 1951, os Fernandes de Lima indicam a candidatura de prefeito Fernando Florêncio de Carvalho pelo PSD, este perde o pleito para o candidato da Fábrica de Tecidos Eduardo de Alencar Ferreira.

Partidos	PSD	PTB
Candidatos a prefeito (1951)	Fernando Florêncio de Carvalho	Eduardo de Alencar Ferreira
Nº de Votos	3.462 (46,63 %)	3.962 (53,37 %)

Tabela (5) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Seguindo com uma diferença relativamente mínima de 500 votos o candidato do PTB conquistou a administração municipal, mas conquistou a grande maioria das cadeiras no legislativo municipal, como percebemos na tabela abaixo. Verificamos também a ausência de candidatos a vereador pela UDN e no total de candidaturas temos o número de 28 vereadores em 1951.

Partido	PTB	PSD	PSP
Nº de candidatos por partido	14	10	04
Nº de Vereadores eleitos (1951)	07 (77,78 %)	02 (22,22 %)	00

Tabela (5a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Esse resultado veio em contraponto com o resultado para prefeito de 1947, a administração do vale mamanguapense ficou por conta do PTB, tendo em vista que quase a totalidade das cadeiras da câmara dos vereadores foram ocupadas por candidatos da sua legenda.

Essa queda do PSD em Mamanguape tem sua acentuação mais significativa nas eleições estaduais em 1954 e nas eleições municipais de 1955. Para prefeito concorreu Francisco Gerbasi pelo PTB, que elegeu sete dos nove vereadores que compunham a câmara municipal (e apenas dois do PSD). Gerbasi era um dos homens que trabalhava na CTRT ocupando cargo de confiança. E pelo PSD concorreu a prefeito João Caetano Alves de Lima, que havia sido eleito a vice-prefeito em 1947 de José Fernandes de Lima.

Partidos	PSD	PTB
Candidatos a prefeito (1955)	João Caetano Alves de Lima	Francisco Gerbasi
Nº de Votos	2.802 (34,81 %)	5.247 (65,19 %)

Tabela (6) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Assim vemos que o resultado de 1951 repetiu-se em 1954. Francisco Gerbasi (PTB) é eleito com grande maioria dos votos, sendo este ano dentre todos os que foram analisados foi o de maior aparência da derrocada pessedista no município, com 2.445 votos pró PTB. Este mesmo resultado também pode ser visto na tabela dos vereadores eleitos nesse mesmo pleito, mas não, com tão grande maioria:

Partidos	PSD	PTB	PSP	PR
Nº de candidatos por partido	11	12	12	12
Nº de Vereadores eleitos (1955)	03 (33,33 %)	04(44,45 %)	00	02(22,22 %)

Tabela (6a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Para prefeito, por duas campanhas em 1951 e 1955, os Fernandes de Lima perdem a administração local para os proprietários da CTRT. Mas em nenhuma delas lança um dos irmãos a candidatos, apenas pessoas do mesmo grupo político pessedista, apenas em 1959 é que Manoel Fernandes de Lima sai candidato a prefeito e ganha o pleito municipal. Entretanto é necessário atentar para um fato relevante, Rio Tinto já tinha sido emancipada, e se fechava naquele momento em sua própria política local, naquele mesmo ano seria eleito para prefeito o proprietário da fábrica Artur Lundgren, que para tal fato podemos dizer que se tornava senhor absoluto da cidade fábrica, tinha o controle público e privado territorial em Rio Tinto.

Partidos	PSD	PART
Candidatos a prefeito (1959)	Manoel Fernandes de Lima	Adailton Coelho Costa
Nº de Votos	2.604 (69,68 %)	1.133 (30,32 %)

Tabela (7) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Em 1959, os resultados foram outros. Com a saída dos Lundgren da política mamanguapense, Manoel Fernandes de Lima teve a maioria dos votos no pleito, com uma diferença relevante de 1.471 votos venceu a nova oposição que surgia. Dos 12 candidatos a vereador do PSD, 07 foram eleitos, e a oposição conseguiu apenas 02 das 09 cadeiras, número irrisório para conseguir se fazer uma oposição que tenha peso efetivo.

Partidos	PSD	PART
Nº de candidatos por partido	12	11
Nº de Vereadores eleitos (1959)	07 (77,78 %)	02 (22,22 %)

Tabela (7a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Em 1963 o PSD manteve o controle da prefeitura e maioria dos vereadores da câmara dos vereadores. Só que a diferença novamente diminuiu com uma diferença que podemos considerar de certa forma simbólica de 218 votos, o PR é derrotado.

Partidos	PSD	PR
Candidatos a prefeito (1963)	José Castor do Rêgo	Nemésio Batista de Albuquerque
Nº de Votos	1.499 (53,92 %)	1.281 (46,08 %)

Tabela (8) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Podemos perceber que essa diferença simbólica, também se deu no legislativo municipal, e que qualquer ausência de vereadores do PSD tornaria as decisões a favor da administração municipal dificultosa.

Partidos	PSD	PR
Nº de candidatos por partido	09	11
Nº de Vereadores eleitos (1963)	05 (55,56 %)	04 (44,44 %)

Tabela (8a) elaborada a partir dos dados colhidos no site do TRE (<http://www.tre-pb.jus.br>).

Ao observarmos os resultados percebemos que as eleições desses anos, que colocamos didaticamente em tabelas para melhor observação e análise, aconteceram com uma expressiva assiduidade, tendo em vista que a maioria dos resultados aconteceu com pouco mais de 50% de diferença. Porém, percebemos também que, em 1959 o candidato Fernandes de Lima mobilizou todo o eleitorado para assumir as rédeas da administração pública municipal fato que não havia sido observado antes e nem voltara a acontecer nos pleitos seguintes a nossa análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos pleitos de 1947 a 1963 dão um panorama analítico das disputas pela prefeitura e câmara dos vereadores de Mamanguape. Apesar de abranger um período longo da história política paraibana, este trabalho não buscou esmiuçar o processo por completo, mas sim, possibilitar uma visão por amostragem analítica que buscamos perceber em algumas situações como processo democrático aparentemente remodelou o cenário político da região analisada.

De antemão tentamos observar as seguintes questões: seria fato que sempre que um partido tinha atrelado a ele o nome Fernandes de Lima, os resultados nas urnas são positivamente perceptíveis, tendo assim a influência do indivíduo construindo os resultados políticos? Ou mesmo que os Lundgren de Rio Tinto sempre buscaram representação partidária dentro da Câmara Municipal de Mamanguape? Estas foram apenas algumas questões que nos possibilitaram a análise das tabelas.

Tentamos perceber também, como se deu as disputas pelo poder local entre as duas famílias citadas, por meio dos resultados eleitorais. Não que eles vão nos responder tudo, mas vão nos indicar os grupos que se formaram em torno dos Fernandes de Lima e dos Lundgren e a proporcionalidade por meio dos votos nessa alternância do poder local.

O que observamos a princípio, é que nenhum dos dois grupos (familiares) políticos foram de fato hegemônicos durante o período democrático na região do vale mamanguapense. Que a luta para manter e/ou conquistar o poder local não foi fácil. O que notamos também, por meio da quantidade dos votos que a população destinava a cada grupo, é que ela ora aprovava e ora reprovava a administração de cada um deles, fazendo com que eles revezassem o poder municipal.

O que podemos perceber nesta conjuntura político/partidária em Mamanguape, é que a queda ou o crescimento de um ou de outro partido, não estava sendo influenciada, pelo menos a princípio, pela política estadual, ou seja, não tinha nela o seu fio condutor principal, mas sim, por disputas internas no poder local do município. O que nos faz auferir que as disputas de poder local em Mamanguape, são em certa medida, indiferentes num primeiro momento a política estadual. Quando em 1947, a família Lundgren lança candidatos em oposição tanto a prefeito quanto a deputado estadual, José Fernandes de Lima (PSD) se elege com significativa maioria fazendo com que o candidato a prefeitura pela UDN fosse derrotado, diferindo do percentual geral do estado, em que a UDN vence com grande maioria, como nos mostrou Cittadino⁶.

Em relação ao pleito de 1951, quando no estado a maioria passa para a coligação democrática paraibana – constituída pelos partidos PSD, PL, PTB e PSB -, a UDN perde a maioria que havia conquistado em 1947, em Mamanguape, por exemplo, não temos candidatos pela UDN; o PSD disputa a prefeitura com o PTB e perde, fazendo nos remeter a política nacional onde Getúlio Vargas se candidata a presidência pelo PTB e é eleito. Porém, mesmo com pouca diferença de votos, o PSD ganhou para deputado estadual sobre o candidato da fábrica pelo PR (partido coligado a UDN). No entanto Mamanguape elege os dois candidatos que ocupam suas cadeiras na Assembleia Legislativa do Estado. Os Fernandes de Lima iniciam uma fase onde eles começaram a perder uma possível hegemonia do poder local.

Se analisarmos apenas pela legenda partidária, não vemos tanta diferença em relação a política estadual, no entanto ao identificarmos quais são as famílias que compõem estas legendas e que estão disputando o poder local, essa distinção aumenta significativamente. Não que a relação entre as preferências municipais em nível de estado deixassem de existir, mas não eram elas que moviam os pleitos municipais, principalmente quando verificamos que tais grupos – Fernandes de Lima e Lundgren – disputavam não apenas o poder político local, mas também e com peso relevante, o poder econômico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Os Rios do Açúcar do Nordeste Oriental: O Rio Mamanguape**. Volume II. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1997[1957].
- BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (mestrado). João Pessoa: UFPB, 2011.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. São Paulo: Edusc, 2006.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária/Idéia, 1998.

⁶ Para saber mais ver Cittadino, 1998, verificar as tabelas das páginas 33 a 36-40 a 42, onde ela demonstra por meio dos resultados eleitorais, onde o PSD foi maioria em detrimento da UDN em cada uma das cidades paraibanas, como também o inverso.

FERNANDES, João Batista. **O extinto Rio Tinto**. Rio Tinto: Arquivo da Biblioteca pública municipal José Américo de Almeida/Rio Tinto-PB. 1971.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: A atuação operaria na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba 1959-1964). Dissertação (Mestrado). Fortaleza: UFC, 2008.